



Instituto de Estudos
Econômicos e Internacionais

ENSAIOS DO IEEI

Número 7

A GUERRA AO LADO

RUTH PINHEIRO COSTAS

São Paulo, abril de 2011



**Instituto de Estudos
Econômicos e Internacionais**

O Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais (IEEI-UNESP) é um centro multidisciplinar de análises e pesquisas sobre as questões econômicas e internacionais, congregando especialistas de diversas áreas para promover e enriquecer o debate dessas questões, produzir e divulgar trabalhos e promover parcerias com entidades públicas e privadas nas diversas atividades pertinentes ao seu objeto de atuação.

URL: <http://www.ieei-unesp.com.br>

ENSAIOS DO IEEI

Publicação que objetiva divulgar os resultados dos estudos realizados no Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais.

Conselho Editorial

Andrés Serbin (CRIES/Argentina)
Carlos E. Lins da Silva (IEEI-UNESP)
Carlos Oliva Campos (UH/Cuba)
Clodoaldo Bueno (IEEI-UNESP)
Feliciano Garcia Aguirre (UV/México)
Gary Prevost (Stjohns/EUA)
Harry Vanden (USF/EUA)
Lenina Pomeranz (USP e IEEI-UNESP)
Luis Fernando Ayerbe (IEEI-UNESP)
Marcos Cordeiro (IEEI-UNESP)
Marta Loza (UDG/México)
Sandra Colombo (UNICEN/Argentina)
Tullo Vigevani (IEEI-UNESP)

As opiniões divulgadas nesta publicação são de inteira responsabilidade de seu(s) autor(es).

É permitida a reprodução, desde que seja citada a fonte.

ISSN 2176-8773

ENSAIOS DO IEEI

Número 7

A GUERRA AO LADO

RUTH PINHEIRO COSTAS¹

Uma análise do desafio que a ação das Farc representa para a segurança da região amazônica brasileira e da dinâmica de cooperação na gestão Lula/Uribe

São Paulo, abril de 2011

² Ruth Pinheiro Costas, jornalista de O Estado de São Paulo e atualmente realizando mestrado em Oxford University, colabora com o projeto “Extraterritorialidades, entrecruzamento de soberanias e conflitos na América Latina”, do IEEI-UNESP.

ÍNDICE

Sumário.....	5
Introdução.....	6
A guerra ao lado: o conflito colombiano e a história da guerrilha.....	9
A era Uribe: do conflito interno ao problema externo.....	14
Ação das Farc na fronteira e região amazônica: evidências e desafios.....	17
Desconfianças e avanços na cooperação bilateral.....	22
Conclusão.....	25
Bibliografia	28

Sumário

O objetivo deste trabalho é discutir os desafios que o combate às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) tem representado para o Brasil na área de segurança. A análise, finalizada no segundo semestre de 2010, diz respeito principalmente ao período de 2002 – 2010, que corresponde aos anos de gestão do presidente Álvaro Uribe, na Colômbia, e Luiz Inácio Lula da Silva, no Brasil. Uribe conseguiu empurrar a guerrilha para a fronteira e rincões isolados do território colombiano. Tal movimento reduziu o problema de segurança interna de seu país, mas ampliou as implicações do conflito para a política externa. Evidências sugerem que guerrilheiros cruzaram as fronteiras em todas as direções nos últimos anos. No Brasil, seu principal objetivo seria vender drogas e conseguir suprimentos na região amazônica. Este trabalho traça, primeiramente, um breve histórico do conflito colombiano, para a contextualização de seu estado recente, “menos complexo” (com a desmobilização dos paramilitares e enfraquecimento do ELN, as Farc são o único grande grupo armado ilegal a atuar no país). Em seguida, ele levanta e mapeia as evidências de ação das Farc no Brasil nos últimos anos para, por fim, discutir os avanços e desafios da cooperação bilateral na área de segurança.

Introdução

Uma controversa declaração feita pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2002 – 2010) em meio à crise diplomática deflagrada entre Bogotá e Caracas em junho de 2010 reflete a visão de alguns setores políticos brasileiros sobre a questão da presença da guerrilha colombiana nos países vizinhos: “As Farc são um problema da Colômbia e acho que deve ser tratado pela Colômbia”, afirmou Lula, semanas depois de o então presidente colombiano Álvaro Uribe (2002 – 2010) denunciar a presença de guerrilheiros na Venezuela, dando início à crise.

Essa visão, porém, está longe de representar uma unanimidade. Há muito tempo, a ação das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc) na região amazônica se tornou uma fonte de preocupação considerável tanto para setores ligados à área de defesa e segurança no Brasil como para alguns setores políticos – como ficou claro no relatório da CPI sobre o tráfico de armas, de 2006. Tanto é assim que, apesar das declarações de Lula – provavelmente motivadas por questões políticas conjunturais –, nos anos de seu governo, Brasil e Colômbia desenvolveram uma série de ações conjuntas para combater um inimigo comum, ligado à ação das Farc na fronteira: o narcotráfico.

Criadas em 1964 por grupos de camponeses com vínculos com o Partido Comunista Colombiano, as Farc são um produto da violência que marcou a história da Colômbia no século XX – e, portanto, em suas origens são mesmo um “problema colombiano”. No entanto, não há como negar que, após todos esses anos, o conflito no país vizinho acabou imprimindo suas marcas sobre boa parte da América do Sul – o Brasil inclusive.

Em função dos 1.645 quilômetros de fronteira com departamentos colombianos bastante isolados do resto do país (Guainía, Vaupés e Amazonia), a Amazônia brasileira

sempre foi permeável a atividades ilícitas e aos amplos fluxos migratórios dos “deslocados” pelo conflito colombiano (os “desplazados”). Como coloca Ishida (2008), a enorme proporção territorial dessa região do Brasil e sua baixa intensidade demográfica fazem com que nela a ausência do Estado seja uma regra, não uma exceção.

Obviamente, a natureza dos riscos e desafios representados pelo conflito no país vizinho foi mudando ao longo do tempo, conforme o jogo de forças entre o governo colombiano e a guerrilha pendia para um ou outro lado. Como relata Restrepo (2009), a preocupação brasileira começou a crescer nos anos 90, com o avanço da guerrilha e das atividades do narcotráfico na Colômbia (essa década também foi o auge dos grandes cartéis da droga).

Em 1991, as Farc atacaram uma unidade do Exército brasileiro às margens do rio Traíra, deixando três soldados mortos. Em 1996, informes da inteligência colombiana apontaram a presença de mil combatentes perto da fronteira. No ano seguinte, tropas brasileiras observaram, de Cucuí, ataques da guerrilha contra La Guadalupe e Guainía e, dois anos mais tarde, 1.400 integrantes das Farc tomaram Mitú, a 35 quilômetros da fronteira, por dois dias.

“A sucessão de ações militares levou o Brasil a refletir sobre a capacidade de defesa na região amazônica, que no caso do rio Traíra tinha se mostrado limitada (...). É a partir daí que os governos brasileiros tomam consciência da importância do aumento do dispositivo militar na região e se dispõem ao desenvolvimento de operações conjuntas de treinamento e à reorganização de unidades militares na fronteira e zonas contíguas” (RESTREPO, 2009).

Na era Uribe, alguns atores do conflito perderam expressão. A maior parte dos paramilitares se desmobilizou e a guerrilha Exército de Libertação Nacional (ELN)

encolheu de forma drástica. As Farc também perderam cerca de metade de seus efetivos entre 2002 e 2010, mas ainda contam com um contingente de 8 mil homens, segundo estimativas do Exército colombiano. Nas áreas limítrofes com o Brasil, as ações militares da guerrilha tornaram-se menos frequentes e ousadas e as Farc se concentraram nas atividades ligadas ao narcotráfico – uma ampla fonte de financiamento para o grupo.

“A ordem no Brasil era que passássemos desaparecidos – na medida do possível não arranjassemos problemas com o Exército e a Polícia brasileira porque isso poderia atrapalhar os negócios”, explicou, em entrevista à autora em junho de 2010, um ex-comandante guerrilheiro que atou na fronteira e no Brasil por 15 anos, até o final de 2009.

Outra mudança substantiva da era Uribe foi a consolidação da cooperação da Colômbia com os EUA – nova fonte de preocupação para alguns setores brasileiros, que veem na presença americana na região uma ameaça potencial para sua soberania na Amazônia. O Plano Colômbia – um projeto financeiro-militar de combate às drogas – foi criado com apoio americano em 2000, durante o governo Andrés Pastrana, e avançou na gestão Uribe. Hoje, os EUA já repassaram para os colombianos mais de US\$ 5 bilhões para a guerra contra o narcotráfico, ajudaram a treinar parte das suas tropas e lhes abasteceram com modernos equipamentos militares.

Em julho de 2009, Uribe anunciou um novo acordo para permitir que os americanos utilizassem sete bases colombianas – e o Brasil pediu esclarecimentos sobre seus planos. Em agosto de 2010, o acordo foi contestado pela Justiça colombiana por não ter sido aprovado pelo Legislativo.

O objetivo deste trabalho é justamente mapear e discutir quais as consequências para o Brasil da nova fase do conflito colombiano, conformada na era Uribe. No

primeiro capítulo, faremos uma breve exposição sobre a história do conflito e das Farc para, no segundo, contextualizar a gestão Uribe. No terceiro capítulo levantaremos e discutiremos as evidências da ação da guerrilha na fronteira e no território brasileiro. E no quarto, falaremos sobre como os dois países vêm tratando o problema (até onde vai a desconfiança e a cooperação) e quais são os desafios para a ação conjunta.

Como fontes foram utilizados relatórios, trabalhos acadêmicos de autores colombianos e brasileiros, material publicado pela imprensa dos dois países e entrevistas feitas pela autora com autoridades, fontes da área de inteligência, ex-guerrilheiros, ex-paramilitares e ex-reféns das Farc entre 2006 e 2010, durante coberturas para o jornal O Estado de S. Paulo.

A guerra ao lado: o conflito colombiano e a história da guerrilha

Políticos colombianos costumam ressaltar, com orgulho, que o seu país tem uma das democracias mais antigas e estáveis da região: todos os seus presidentes foram eleitos democraticamente com exceção de um curto período de 1953 a 1957 (a ditadura de Gustavo Rojas Pinilla). O outro lado da moeda é que poucos países latino-americanos tiveram uma história marcada por tantos e tão graves episódios de violência política e convulsões sociais. Em 1970, em uma obra em que procurou discutir a formação e as características dos diferentes povos da região (*As Américas e a Civilização*), o antropólogo brasileiro Darcy Ribeiro dedicou o capítulo referente à Colômbia ao que ele definiu como “a sociologia da violência”. “Mesmo em uma área convulsionada como a América Latina, onde a miséria e o atraso das grandes massas e a alienação das elites determinam uma permanente instabilidade institucional e crises periódicas de repressão, a violência colombiana se destaca como uma ‘disfunção’ social aterradora”, escreveu.

Ao longo da história colombiana, os conflitos se sucederam num perverso círculo vicioso. Após cada ciclo de violência, os vencidos ficaram a mercê dos vencedores, “sofrendo o confisco de seus bens e sendo obrigados a transladar-se com sua família em busca de refúgio” (RIBEIRO, 2007). Tal situação por muitos anos nutriu uma herança de ódio e ressentimentos passada por gerações e “uma tradição de glorificação dos criminosos do próprio bando”, que alimentava o conflito seguinte. “O mais sinistro da violência colombiana é que não se trata de um fenômeno de transição entre um corpo de valores tradicionais que desaparece e um novo que emerge (...) capaz de disciplinar a conduta social. Trata-se de um mecanismo regular (...), normal, de uma função social exercida pelas instituições políticas”, defende Ribeiro.

O século XX colombiano foi inaugurado com a chamada Guerra dos Mil Dias (1899 – 1902), conflito motivado por uma disputa entre políticos dos partidos conservador e liberal que deixou 100 mil mortos – em um país cuja população não ultrapassava os 4 milhões (DEL RÍO, 2010). Em 1948, o assassinato do líder liberal Jorge Eliécer Gaitán desatou uma onda de violência que destruiu o centro de Bogotá em dois dias e terminou se espalhando pelo interior do país. A violência não se deteve nos anos seguintes. Milícias ligadas ao partido conservador (os pagaros) atacaram camponeses ligados ao partido liberal ou a movimentos de esquerda. E estes responderam formando grupos de autodefesa.

Não foi à toa que o período que teve início em 1948 e terminou no começo dos anos 60 ficou conhecido na Colômbia como “A Violência”. Durante esses anos, foram assassinados, em conflitos de motivação partidária, 200 mil colombianos segundo cifras oficiais. Foi nessa época que surgiu, ao sul do departamento de Tolima, em uma área de influência do Partido Comunista, o movimento de camponeses precursor das Farc, que inicialmente combinava a resistência armada com uma produção agrária de subsistência

(MEDINA, 2007). Nas seis décadas seguintes, quatro momentos seriam decisivos para a trajetória do grupo e do conflito colombiano.

O primeiro foi o surgimento, ainda em Tolima, da chamada República da Marquetália – uma comunidade de autodefesa camponesa. A comunidade, criada em meio ao clima de terror descrito por Ribeiro (2007), foi bombardeada pelas tropas oficiais em 1964. Depois desse ataque, os remanescentes do grupo (entre eles “Manuel Marulanda”, o futuro líder das Farc) se reuniram e decidiram que a luta pacífica reivindicatória não traria resultados – seria preciso traçar uma tática de ataque. Assim nasceram as Farc.

O segundo momento decisivo para a guerrilha diz respeito aos anos 80, quando – em meio à criação dos grupos paramilitares (seus maiores rivais) e ao fortalecimento dos grandes cartéis da droga – as Farc passaram por dois processos à primeira vista contraditórios. De um lado, o grupo tomou parte nas negociações de paz conduzidas pelo então presidente Belisário Betancour, que culminaram na criação de um partido político ligado à guerrilha e a outros grupos de esquerda, a União Patriótica (UP). De outro, se reorganizou do ponto de vista administrativo e começou a aumentar os laços com o narcotráfico para fortalecer-se financeira e militarmente. A aparente contradição é explicada pela tática conhecida como “combinação de todas as formas de luta”, segundo Medina (2007) e Dudley (2000). Seu resultado foi um fortalecimento militar da guerrilha nos anos seguintes. De meados dos anos 80 a meados dos anos 90, as Farc passaram de 3.600 a 7 mil integrantes. Nos anos 2000, chegaram a 20 mil (SKIDMORE e SMITH, 2004).

Já para os integrantes da UP, que ao sair à luz pública ficaram vulneráveis às ofensivas paramilitares, a história foi trágica. Em poucos anos, foram mortos por “paras” e grupos ligados ao narcotráfico de 2 a 3 mil membros do novo partido (Dudley,

2000, cifras não oficiais). Entre eles, estavam boa parte dos ex-guerrilheiros que acreditavam numa saída política para o conflito. Muitos dos remanescentes da UP tornaram-se defensores da via “social democrata” e acabaram rompendo com as Farc por sentirem-se “usados”, como relata Dudley em *Armas y Urnas*, sobre a história do partido. Um deles, Angelino Garzón, tornou-se vice-presidente no governo do conservador Juan Manuel Santos, que sucedeu Uribe.

A traumática experiência acelerou o avanço das Farc em direção a uma postura mais próxima a de um grupo criminoso comum que de uma guerrilha política, mas não impediu que, anos mais tarde, as negociações de paz fossem retomadas, no terceiro momento decisivo para a trajetória do grupo. No final dos anos 90, a Colômbia estava cansada de guerra. O conflito com os cartéis de Cali e Medellín havia colocado em xeque o Estado e as instituições colombianas, o negócio do tráfico mostrava resiliência e os choques entre guerrilheiros e paramilitares não davam trégua nas áreas rurais. De 1998 a 2002, o governo de Andrés Pastrana concordou em criar uma zona desmilitarizada do tamanho da Suíça na região do Caguán para dialogar com a guerrilha. Mais uma vez, porém, o processo de paz ajudou as Farc a se fortalecerem – o que explica em parte a resistência dos colombianos em aceitar novas negociações hoje. Com o controle do Caguán, a guerrilha ganhou protagonismo político, recebendo jornalistas e representantes estrangeiros. As Farc também aumentaram sua popularidade e capacidade de recrutamento em áreas rurais, mas isso não significou o fim dos sequestros, extorsões e associações com o narcotráfico.

Na época, a Colômbia já era uma grande fonte de preocupação para os vizinhos. O desmantelamento dos cartéis de Medellín e Cali não tirou o país do topo da lista de produtores de cocaína do mundo. As Farc dominavam um quarto dos municípios colombianos e os paramilitares, outra parcela considerável do país. A tentativa de

resposta do governo ao problema passou, a partir do ano 2000, pelo Plano Colômbia, o que alimentou a desconfiança de diversos setores brasileiros. Segundo Del Río (2010), o acordo com os EUA e a participação de países europeus e asiáticos no processo de negociação de paz “internacionalizou” o conflito colombiano, uma consequência esperada dado que a Colômbia vinha sendo percebida como um “fator perturbador da estabilidade e da segurança do continente”.

Em 2002, Álvaro Uribe, venceu as eleições prometendo mão firme contra a guerrilha e foi a sua política de Segurança Democrática que inaugurou o quarto e último momento decisivo da história das Farc, caracterizado pela decadência do grupo. Esse contexto permite a compreensão dos motivos que sustentam a aprovação de Uribe – de 70% quando ele deixou o poder, em 2010 – e dá a medida da importância da janela de oportunidade aberta em seu governo para que o conflito colombiano caminhe no sentido de uma solução definitiva, deixando de ser um fator de instabilidade regional.

A gestão Uribe foi marcada por escândalos e polêmicas – deputados e senadores presos por vínculos com paramilitares, grampos ilegais, abusos aos direitos humanos e uma disputa entre o Executivo e a Justiça. Ainda assim, os resultados na área da segurança e fortalecimento institucional sobre os quais falaremos melhor a seguir fazem com que boa parte da população a avalie positivamente. Do ponto de vista da política externa, esses resultados criaram a oportunidade para a ampliação do perfil econômico e político da Colômbia na região, caso seja superado um dos desafios remanescentes da era Uribe: a questão da ação das Farc além das fronteiras colombianas e os problemas políticos criados pelas tentativas de Bogotá de resolver o assunto unilateralmente.

A era Uribe: do conflito interno ao problema externo

O peso do legado do presidente Álvaro Uribe (2002 – 2010) vai muito além da redução do poderio militar da guerrilha. Uribe, cujo pai foi morto pelas Farc, parece ter desarmado a dinâmica que fazia da violência desenfreada o estado normal da ordem na Colômbia (em vez de uma anomalia social). Desde 2002, sua estratégia combinou o fortalecimento da presença do Exército em porções do território antes dominadas por grupos armados com programas para a desmobilização de combatentes. Mais de 20 mil paramilitares largaram as armas segundo o governo (os números oficiais seriam contestados durante a gestão Santos). Em troca, receberam de penas mais leves, no caso dos líderes, ou anistia e auxílios financeiros, no caso dos escalões baixos e médios.

A estratégia de Uribe foi batizada de política de Segurança Democrática e contou com o apoio militar e financeiro dos EUA. Entre suas vitórias está o confinamento das Farc às regiões de fronteira e rincões mais isolados do território colombiano. O número de sequestros no país baixou de 2.282, em 2002, para 213, em 2009, segundo dados oficiais. Os homicídios caíram pela metade e o contingente de guerrilheiros das Farc passou de algo em torno de 15 a 20 mil, de acordo com diferentes estimativas, para cerca de 8 mil (dado do Exército). As estradas do país, antes repletas de postos de controle de combatentes, também se tornaram transitáveis. Em um primeiro momento, foram organizadas caravanas para viajar pelo país (as Caravanas “Vive Colombia, Viaja por Ella”). Logo, o reforço do policiamento tornou as vias relativamente seguras.

Além de território, a guerrilha foi gradativamente perdendo legitimidade e apoio até chegar aos atuais níveis de aprovação, que variam de menos de 1% a 4%, segundo pesquisas publicadas pela imprensa colombiana. Um jovem guerrilheiro desmobilizado em 2008 descreveu da seguinte maneira suas motivações para deixar as armas: “Quando

havia (uma área desmilitarizada no) Caguán, podíamos passear tranquilamente pelos povoados, beber e dançar. Nos últimos anos em que estive na guerrilha, porém, meu trabalho era ficar o dia inteiro ali, entocado na selva, sem fazer nada. Eu morria de tédio” (COSTAS, 2008).

O paradoxo da história recente colombiana é que, ao mesmo tempo em que internamente as Farc e a dinâmica do conflito deixaram de ser um grande empecilho ao desenvolvimento do país, ambos tornaram-se um problema importante de política externa – com repercussões sobre o crescimento da economia. Em 2005, autoridades colombianas pagaram sequestradores para levar Rodrigo Granda, conhecido como o chanceler das Farc, de Caracas para a fronteira com a Colômbia – causando o primeiro conflito diplomático bilateral com a Venezuela. Em 2008, o governo Uribe ordenou o bombardeio de um acampamento das Farc no Equador, iniciativa rechaçada pelos países vizinhos que quase terminou em um conflito entre Bogotá, de um lado, Caracas e Quito, do outro. A expansão do acordo militar com os EUA, em junho de 2009, foi inicialmente percebida como uma potencial ameaça pela maior parte dos países da região. E em junho de 2010, apenas 16 dias antes de entregar o cargo, Uribe levou à Organização dos Estados Americanos (OEA) fotos e vídeos entregues por guerrilheiros desmobilizados que provariam a presença de mais de mil integrantes das Farc na Venezuela. Eleito no final de 2010, Santos, prometeu distender as relações com os vizinhos para o bem da economia colombiana (duramente afetada pela redução no comércio).

Independentemente da discussão sobre se foi adequada ou não a forma como o governo colombiano tentou resolver a questão da presença das Farc na Venezuela e no Equador nos últimos anos (a maior parte dos países da região considerou muitas das iniciativas de Bogotá abusivas), não há como negar que o conflito colombiano de fato

continua extrapolando suas fronteiras, como têm alertado as autoridades de Bogotá. Seja por causa da ação das Farc, do narcotráfico ou (o que teve uma melhora com a desmobilização dos paramilitares) dos refugiados (“desplazados”) obrigados a deixar suas casas por causa do conflito.

No caso brasileiro, os problemas para controlar a ação da guerrilha e suas conexões com o crime organizado são evidentes. Como já foi dito anteriormente, a região amazônica, vizinha à Colômbia, é altamente permeável a todo o tipo de atividades ilegais.

No âmbito da política de Segurança Democrática, quatro operações militares conseguiram desarticular (ao menos temporariamente) a liderança da guerrilha na região próxima à fronteira com o Brasil segundo Restrepo (2009): a JM, a Troya, a Sol Nascente e a Jaque. Com as operações JM e Troya “conseguiu-se enfraquecer a retaguarda guerrilheira, que mantinha em cativeiro um grupo importante de sequestrados na área contígua à (região brasileira conhecida como) cabeça do cachorro” (RESTREPO, 2009). Na operação Sol Nascente foi morto Negro Acácio, líder da Frente 16 das Farc e chefe dos negócios da droga na guerrilha (sobre o qual falaremos mais a seguir). Finalmente, na Jaque (Xeque) foi libertado um grupo importante de sequestrados (entre eles a ex-candidata presidencial Ingrid Betancourt) no departamento de Guaviare, vizinho a Vaupés e Guainía. Os reféns estavam em um cativeiro da Frente 1 das Farc, uma das principais a atuar na fronteira com o Brasil.

Restrepo (2009) ressalta, porém, que, nessa região da fronteira leste colombiana, a política de Segurança Democrática de Uribe “não foi caracterizada por um despregue espetacular de equipes e homens”. “Apesar de ter conseguido vitórias importantes no marco da confrontação, não é exagerado apontar que esta fronteira colombiana está totalmente desguarnecida”, escreveu o autor. Outro dado que não se deve subestimar é a

capacidade de adaptação da guerrilha. À Operação Sol Nascente, por exemplo, as Farc responderam com o “Plano Renascer”, como veremos a seguir, e, deste modo, reorganizaram parte do negócio da droga na fronteira.

Do lado colombiano, segundo descreve Restrepo (2009), mesmo na era Uribe a estrutura de segurança e defesa esteve muito concentrada na cidade de Letícia, no sul. Para a maior parte dos outros pontos da fronteira, só há conexão aérea. Também no sul, em Tarapacá, há um posto fluvial avançado. No norte da fronteira, a segurança é feita pelas brigadas 22 a 28 do Exército, cujo posto de comando está em San José Del Guaviare e Puerto Carreño, mais no centro do país. Não existe um destacamento aéreo permanente para a região.

Já no Brasil, a distribuição entre a região norte da fronteira (São Gabriel da Cachoeira e a “cabeça do cachorro”) e o sul (Tabatinga) é mais equilibrada, mas há pelotões do Exército que distam 400 quilômetros um do outro (ISHIDA, 2008). Parte importante da vigilância é feita pelo SIVAM (Sistema de Vigilância da Amazônia), cuja estrutura inclui ao menos 6 satélites, 18 aviões e 25 radares, conforme descrito por Borges (2006).

O que atrai os guerrilheiros para a ação do lado brasileiro é, primeiro, a infraestrutura produtiva e de transportes fluviais, que permite às Farc abastecer-se de diferentes insumos nos comércios locais e escoar sua produção de cocaína. Segundo, a possibilidade de negócios com traficantes brasileiros, como veremos a seguir.

Ação das Farc na fronteira e região amazônica: evidências e desafios

Não é difícil encontrar argumentos para refutar a declaração de Lula, mencionada no início deste trabalho. Como dizer que as Farc são “um problema da Colômbia” se em 2001 Fernandinho Beira-Mar, um dos maiores traficantes do Rio de

Janeiro, foi preso na selva colombiana, onde fazia negócios com o líder guerrilheiro Negro Acácio? Fernandinho, segundo cifras reveladas na época, chegou a ser responsável por 70% da cocaína comercializada no Brasil, e é razoável supor, portanto, que parte desse negócio ilícito, que impulsionava a violência nos centros urbanos do sudeste brasileiro, era alimentado e alimentava a guerrilha colombiana.

Em novembro de 2006, o relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar as Organizações Criminosas do Tráfico de Armas no Congresso brasileiro (pág.56 e 57) já apontava a Colômbia como um dos principais destinos das rotas ilícitas de comércio de armas que passam pelo Brasil:

“A PF conseguiu identificar três rotas principais de contrabando de armas que vêm causando grandes danos ao nosso país. A primeira é a que sai de Roterdã, na Holanda, vai ao Suriname e do Suriname, passando por território brasileiro, segue para a Colômbia. A segunda, a que sai do Panamá, passando por dentro do território brasileiro indo para o Paraguai, tendo como destino final a Colômbia. E a rota três sai da China, passa por dentro do território brasileiro, chegando finalmente à Colômbia.” (RELATÓRIO DA COMISSÃO PARLAMENTAR ..., 2006)

O relatório lista uma série de situações em que foram apreendidas armas e munições supostamente destinadas às Farc. (pág. 61, 285, 290). Na cidade de São Gabriel da Cachoeira, por exemplo, a Polícia Federal confiscou, em 2003, 12 mil cartuchos de munição que eram levados rio acima para abastecer a guerrilha, conforme depoimento de um delegado na CPI (Audiência Pública n. 0521/06). Outras apreensões foram divulgadas pela imprensa local.

Em 5 de abril de 2006, soldados brasileiros do 4º Pelotão Especial de Fronteira em Cucuí interceptaram três colombianos em uma lancha com fuzis que tinham o emblema do Exército Brasileiro, munição brasileira e R\$700 mil em várias moedas. Justo Alexander Ramos, William Norbey e Wilver Yeison Villanueva iam para San Felipe, na Colômbia, zona de grande influência da guerrilha, onde trocariam a munição

por cocaína. No tiroteio, o último foi morto. Interrogados, Norbey e Ramos, que também prestaram depoimento na CPI, negaram que fossem das Farc, mas calaram sobre a procedência e o destino do armamento (O DIA, 2006).

Mais recentemente, em maio de 2010, a Polícia Federal (PF) brasileira desarticulou no centro de Manaus uma base das Farc que servia para organizar a venda de cocaína e compra de suprimentos para a guerrilha. Na operação, que recebeu o nome de Rota Solimões, foi preso José Samuel Sanchez, o "Tatareto", apontado pela PF como integrante da comissão de logística e finanças da Frente 1 das Farc (alvo da Operação Jaque). Segundo informações publicadas no jornal O Estado de S. Paulo (RANGEL, 2010), em um relatório sigiloso, datado de 28 de abril deste ano, a PF diz que a guerrilha colombiana não só tem violado sistematicamente a fronteira Colômbia-Brasil para desenvolver atividades relacionadas ao narcotráfico como tem feito investimentos no País. Com os recursos conseguidos com o comércio da cocaína transportada pelo Rio Solimões, segundo o relatório, o grupo de Tatareto comprava terrenos e barcos de pesca e abria empresas para "gerenciar" seu patrimônio e acobertar suas atividades ilegais.

A ampla dimensão da atividade das Farc na região amazônica foi confirmada em depoimento à autora por um ex-comandante guerrilheiro entrevistado em junho (COSTAS, 2010). O rebelde – que disse ter trabalhado por 15 anos para as Farc (boa parte do período no Brasil) – revelou que também há uma importante rota de tráfico pelo Rio Negro. O ex-integrante das Farc, recém desmobilizado (e contatado por meio do escritório de desmobilização e reinserção social de ex-combatentes do governo colombiano), confirmou que ainda há negociações de troca de armas por cocaína com traficantes brasileiros e também disse que o grupo tem financiado estudos de guerrilheiros “infiltrados” no Brasil – ele mesmo teria sido um deles. O objetivo seria que tais guerrilheiros aprendessem português e entendessem melhor o funcionamento do

Estado e da sociedade brasileira. Além disso, o “disfarce” de estudante os ajudaria a continuar com suas atividades ilícitas (COSTAS, 2010). Os detalhes da história não podem ser confirmados, mas ela definitivamente reforça a percepção de que as Farc têm atuado em território brasileiro de forma sistemática.

De acordo com Restrepo (2009), para as Farc a porção leste do território colombiano, contígua ao Brasil, se tornou, entre meados dos anos 90 e dos anos 2000, um dos centros mais importantes para a negociação da droga com destino a Europa e África. Até 2007 o principal grupo a atuar na região era a Frente 16, que já foi responsável pelas finanças das Farc e chegou a ter 500 integrantes, de acordo com a inteligência colombiana. A frente era liderada por Tomás Medina Caracas, o “Negro Acácio”, que expandiu bastante o negócio da droga da guerrilha, contatando grupos do crime organizado de países fronteiriços e montando vários laboratórios para o processamento de cocaína.

Era com Medina que o traficante brasileiro Fernandinho Beira-Mar trocava armas por drogas até ser preso, em 2001, na selva colombiana, em uma ofensiva do Exército do país vizinho para prender o líder guerrilheiro. Negro Acácio foi morto em um bombardeio em 2007 na Operação Sol Nascente e desde então a vida dos rebeldes de seu grupo ficou mais difícil, segundo relatos de ex-guerrilheiros. Como era ele quem detinha os contatos para a venda de droga, durante algum tempo os negócios também ficaram desestruturados. O encarregado de recuperar o grupo foi Guillermo Gochornea (ROA, 2008), visto pelos guerrilheiros como muito rígido e de pouco carisma. Com o Exército apertando ainda mais o cerco, o número de deserções aumentou. Hoje, a inteligência colombiana calcula que o contingente da Frente 16 das Farc seja de cerca de 160 homens.

Em fevereiro de 2009 a guerrilha colocou em marcha o “Plano Renascer”, para ampliar a cooperação e coordenação entre as diversas frentes da região (REUTERS, 2009). A Frente 16 juntamente com a Frente 1 e a 39 foram colocadas sob o comando da Frente 44. Além disso, com o governo apertando o cerco no plano interno, os territórios vizinhos se tornaram mais importantes como fontes de armas e insumos (produtos básicos ou para o processamento da cocaína) e vias de escoamento da droga. Segundo o guerrilheiro entrevistado em junho, os preços conseguidos pela droga no Brasil hoje são consideravelmente maiores do que na Venezuela ou Colômbia, tornando atrativo o mercado brasileiro. O ex-refém das Farc Luis Eládio Perez, entrevistado em 2008, também contou ter usado produtos brasileiros no cativeiro.

Todos esses depoimentos e episódios parecem indicar, como dito anteriormente, uma presença considerável da guerrilha na região amazônica brasileira. Em outras palavras, as Farc também são um problema para o Brasil. Nos últimos anos, provavelmente foi o relativo empenho dos setores militares e da área de segurança em resolver esse “problema” – além do peso geopolítico do Brasil – que fez a Colômbia tratar a questão com mais cuidado que o empreendido no debate com a Venezuela. Mas ainda parece haver mais espaço para a cooperação bilateral – e talvez o passo necessário para conseguir ampliar a vontade política nesse sentido seja justamente compreender melhor como o conflito colombiano atinge interesses brasileiros.

Desconfiança e cooperação

Autoridades colombianas costumam mostrar afinidade e admiração por lideranças das forças de defesa e segurança brasileiras. Quando o assunto é o combate às Farc, em geral sobram elogios para a Polícia Federal e suas operações antidrogas, as Forças Armadas e, em especial, durante a gestão Lula, ao ministro da Defesa brasileiro, Nelson Jobim, que, em março de 2009, disse que a guerrilha seria recebida “a tiro” se cruzasse a fronteira.

Nos setores políticos, também foi ganhando força gradativamente o espírito de cooperação ao longo da era Uribe-Lula, embora por baixo de cumprimentos, sorrisos diplomáticos e declarações conjuntas parece ter persistido certa desconfiança. Um indício disso foi a forma agressiva como Uribe “deplorou” as declarações feitas por Lula durante a crise diplomática com a Venezuela, dias antes de o líder colombiano deixar o poder. Em um texto sobre a relação bilateral de 2006, Ramirez também faz menção a esse ressentimento: “Causa irritação em diversos meios colombianos que distintos setores brasileiros não vejam suas implicações no problema da droga, mas o assumam como um assunto exclusivo da Colômbia.”

Um dos motivos da desconfiança parece ser a aproximação de Lula com o presidente venezuelano, Hugo Chávez. Outro é o fato de membros do Partido dos Trabalhadores (PT) brasileiro – criado nos anos 80, quando a UP nascia e era dizimada na Colômbia – já terem manifestado simpatia pela guerrilha. O “laço” do PT com as Farc, muitas vezes explorado politicamente pela oposição brasileira, é o chamado Foro de São Paulo, reunião de partidos de esquerda criada em 1990 – por iniciativa do PT e do qual as Farc fazem parte.

“Do lado colombiano, em um ou outro momento, distintos atores governamentais e militares, assim como membros das agências de inteligência e da

segurança pública foram percebendo como uma fonte de insegurança os desacordos brasileiros com a política colombiana de Segurança Democrática e as relações de setores brasileiros com as Farc” (Ramirez, 2006).

Depois que chegou ao poder, porém, parte importante do partido de Lula procurou se afastar de qualquer vinculação com a guerrilha. É possível que um ou outro integrante do PT ainda veja nas Farc um grupo revolucionário legítimo, mas essa não é a posição oficial do governo. Nos seus últimos anos de gestão, Lula criticou os sequestros da guerrilha e defendeu a busca de uma solução política na Colômbia. Por outro lado, preferiu evitar discussões sobre a classificação das Farc como “grupo terrorista” – que Bogotá procurava impulsionar.

Criou algum mal-estar o fato de o padre colombiano Oliverio Medina, acusado de pertencer às Farc, ter recebido do brasileiro Comitê Nacional para Refugiados (Conare), em julho de 2006, o status de refugiado. Mais recentemente, a revista colombiana *Câmbio* publicou uma matéria sobre o “dossiê brasileiro” com base em e-mails encontrados por Bogotá no computador de um líder guerrilheiro, sobre os quais Uribe já teria falado com Lula de forma reservada. Segundo a matéria, nas mensagens os guerrilheiros relatariam tentativas de contatar integrantes do alto escalão do governo Lula para influenciar o resultado do caso de Medina, mas não fica claro se obtiveram resposta positiva, nem mesmo até onde de fato chegaram.

Do lado brasileiro, os receios sempre estiveram relacionados a uma contaminação do conflito, a presença dos EUA na região, já explicada anteriormente, e a militarização da Amazônia, como destaca Ramírez (2006). Mas ainda com essas dificuldades, a cooperação entre Brasil e Colômbia na área de segurança cresceu nos últimos anos, impulsionada talvez pelo clima de entendimento que foi tomando o comércio e os negócios bilaterais (Ramirez, 2006). “O temor mútuo começou a mudar

quando os governos de Lula da Silva e de Álvaro Uribe, apesar de suas discrepâncias políticas, ou talvez por elas, começaram a ver no outro o potencial de um sócio central para o desenvolvimento de suas próprias estratégias. O colombiano, para o desenvolvimento de suas políticas de segurança e o brasileiro para suas pretensões comerciais e geopolíticas” (RAMIREZ, 2006).

Segundo a autora os dois presidentes foram reduzindo suas desconfianças políticas em uma série de reuniões de cúpula e gestos de aproximação. Lula ofereceu seus bons ofícios para ajudar no diálogo entre Caracas e Bogotá, por exemplo, e após críticas iniciais, acabou aceitando a expansão do acordo militar entre Colômbia e os EUA, em 2009. Ambos também assinaram memorandos em favor de um aumento dos laços comerciais e econômicos. Nos atuais mandatos de Santos e Dilma Rousseff, talvez o clima para o entendimento bilateral seja ainda maior – já que o novo líder colombiano promete uma diplomacia mais pragmática e focada em resultados.

Na área de defesa, nesses últimos anos podem ser citadas parcerias para a indústria militar e a coordenação entre as forças aéreas, “um fator decisivo para o sucesso da aplicação de medidas de policiamento e controle do espaço aéreo”. (ISHIDA, 2008). Foram realizados alguns treinamentos conjuntos, os “Colbra”, em 2005, 2007 e 2009, todos partindo das localidades de Letícia e São Gabriel da Cachoeira. E um memorando entre Peru, Brasil e Colômbia para o combate a ações ilícitas em rios comuns foi firmado em 2004.

Em 2009, a Colômbia também tentou retomar a discussão sobre uma integração ao SIVAM durante um encontro entre o então ministro da defesa Juan Manuel Santos e o brasileiro Nelson Jobim. No passado, Bogotá e Brasília não conseguiram chegar a um acordo sobre o compartilhamento dos dados do SIVAM “segundo ex-ministros de

Defesa colombianos porque são muitos altos os custos financeiros dos serviços oferecidos pelo Brasil” (Ramírez, 2006).

O encontro de 2009 terminou na assinatura de um pacto de controle conjunto de espaço aéreo, que abriu a possibilidade da vigilância dos dois países a ser estendida, por meio de radares e satélites, a até cerca de 50 quilômetros do outro lado da fronteira.

Conclusão

Os interesses para a cooperação bilateral Brasil-Colômbia na área de segurança são muitos, como mostrou este trabalho, e gradativamente vêm sendo criadas condições para tal coordenação. Após décadas de convulsões e ciclos de violência desenfreada, os avanços do governo Uribe abriram espaço para a Colômbia pouco a pouco deixar de ser percebida como um foco de insegurança regional, o que favorece o entendimento. Obviamente, não podemos desconsiderar as tensões com o Equador e a Venezuela e o isolamento que marcaram os oito anos do governo Uribe (com a opção pela parceria com os EUA).

Nesse sentido (numa visão otimista), é possível que, em perspectiva histórica, ele termine caracterizado como uma “gestão de transição”, que criou condições para a gestão seguinte, de Santos, ampliar o protagonismo colombiano na região. De fato, o início da gestão do novo presidente para a política externa aponta para esse sentido: diálogo com os vizinhos, engajamento em questões regionais e uma diplomacia pragmática, menos engessada por questões ideológicas e mais focada em interesses econômicos.

Além disso, este trabalho mostrou que uma eventual colaboração do Brasil para a solução do conflito colombiano, mais do que um gesto de boa vontade bilateral, vai ao encontro de interesses brasileiros. As Farc na fronteira são uma realidade e estamos

longe de desvendar a real extensão de sua ação no Brasil. Setores ligados à defesa e a segurança têm feito esforços para combater o problema da articulação da guerrilha colombiana com o crime organizado no Brasil, o narcotráfico e seus delitos conexos. Mas ainda é preciso que o tema ganhe mais importância na agenda política bilateral. Com uma cooperação real e comprometida dos dois lados no campo militar e político no que diz respeito ao combate à guerrilha e ao narcotráfico, os avanços seriam mais substantivos.

Uma das hipóteses levantadas em setores acadêmicos nos últimos anos é a de que o Brasil poderia funcionar como mediador numa tentativa de obter uma saída política, e não militar, para o conflito colombiano. Com a eleição de Dilma Rousseff e a continuidade da gestão do PT, essa possibilidade poderia eventualmente se materializar, mas para isso seria necessário, primeiro, que Brasília trabalhasse mais na construção de confiança junto a Bogotá, eliminando as suspeitas mencionadas anteriormente.

Outra condição seria que os termos para um eventual acordo fossem capazes de dissipar os temores de que uma nova negociação terminasse, como as duas anteriores, sendo instrumentalizada pela guerrilha com o objetivo de se fortalecer militarmente. Ou seja, as Farc teriam de fazer grandes concessões logo no início do diálogo.

Há muito a guerrilha colombiana parece ter perdido o bonde da história. Nos últimos anos, enquanto grupos de esquerda chegaram ao poder pelas urnas em toda a região, o grupo apegou-se a uma estratégia militar que, para ser financiada, exigiu uma incursão profunda no submundo da criminalidade comum. Tendo em vista essa realidade, é de pleno interesse do Brasil cooperar ativamente para evitar que os recursos obtidos com a venda de drogas em seu território deem sobrevida ao grupo, enquanto este se associa ao crime organizado no Rio e São Paulo. Se as Farc estão usando o

Brasil para atividades ligadas ao narcotráfico e delitos conexos, há poucas dúvidas de que o mais apropriado seria dissipar qualquer ambiguidade no tratamento da guerrilha.

Bibliografia

BORGES, Fábio. *Amazônia e economia da droga: conflitos colombianos e interesses brasileiros (1985-2005)*. Dissertação - Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas de Relações Internacionais UNESP-UNICAMP-PUC-SP, São Paulo, 2006.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Audiência Pública número 0521/06 – CPI do Tráfico de Armas. Transcrição Ipsis Verbis. Brasília, 26 de abril de 2006

----- . Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Investigar as Organizações Criminosas do Tráfico de Armas. Relator: Deputado Paulo Pimenta. Brasília, novembro de 2006

CAMBIO. “El 'dossier' brasileño”. Bogotá, 2 de novembro de 2008.

CLOVIS, Rossi. “PT, Farc, Meia Verdade e Ambiguidade”. *Folha de S. Paulo*, São Paulo, 20 de julho de 2010

COSTAS, Ruth. “Rebeldes também são reféns da guerrilha”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 de janeiro de 2008

----- . “Exército tornou difícil a vida na selva”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 de janeiro de 2008.

----- . “Ex-guerrilheiro confirma ligação das Farc com traficantes brasileiros”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 20 de janeiro de 2010.

DE OLIVEIRA, Márcia Maria. “A mobilidade humana na tríplice fronteira: Peru, Brasil e Colômbia”, em: *Estudos Avançados*, Ed. 20, Bogotá, 2006

DEL RÍO, César Torres. *Colombia Siglo XX: Desde la Guerra de los Mil Días hasta la elección de Álvaro Uribe*. Grupo Editorial Norma, Bogotá, 2010.

DUDLEY, Steven. *Armas y Urnas: la historia de la UP*. Editora Planeta, Bogotá, 2000.

ISHIDA, Eduardo. “Política de Segurança Integrada da Amazônia: Utopia ou Realidade” In: ZEVALLOS, Enrique Amayo (org.). *A Amazônia e o Pacífico Latino-Americano e sua importância estratégica*. Ed. Unesp, São Paulo, 2008

MARULANDA, María del Pilar. “Las Farc y el gobierno del presidente Lula”. *El Tiempo*, Bogotá, Agosto de 2008.

MEDINA, Carlos. *FARC – EP: Notas para una historia política (1958-2006)*. Tese de doutorado – Universidade Nacional da Colômbia, Bogotá, 2007

O DIA. “Armamento desviado do Exército para as Farc”. Rio de Janeiro, Abril de 2006

RAMÍREZ, Socorro. “Colômbia-Brasil: Distante vecindad se fortalece em la seguridad y el comércio” em: *Análisis Político*, n. 58, Bogotá, setembro – dezembro 2006, pág. 3-34

RANGEL, Rodrigo. “Captura de guerrilheiro pela PF em Manaus revela base das Farc no Brasil”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 de maio de 2010.

-----, “Status da guerrilha junto ao governo cria dilema para agentes”. *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 15 de maio de 2010.

RELATÓRIO da Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar as organizações criminosas do tráfico de arma. Brasília, 2006.

RESTREPO, César Andrés. *Colombia: Seguridad y Defensa de las Fronteras*. Fundación Seguridad y Democracia. Bogotá, 2009.

REUTERS. “Con Plan 'Renacer' las Farc buscan oxígeno político”. Bogotá, 17 de Fevereiro de 2009

RIBEIRO, Darcy. *As Américas e a Civilização: Processo de formação e causas do desenvolvimento dos povos latino-americanos*. Companhia das Letras, São Paulo, 2007

ROA, Élber Gutiérrez. “Revelan detalles del ‘compadreo’ de la GN venezolana y las FARC en la frontera”. *El Espectador*, Bogotá, 9 de fevereiro de 2008

SKIDMORE, Tomas; SMITH, Peter. *Modern Latin America*. Oxford University Press, Nova York, 2004.

VÁRIOS. *Historia de Colombia*. Ed Taurus, Bogotá, 2006